



MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Cassação de prefeito

A Câmara de Campo Limpo Paulista realiza hoje, às 18h, a sessão extraordinária que irá julgar o processo de cassação do prefeito Japim Andrade (PROS). O Chefe do Executivo foi denunciado em junho pelo cidadão Patrício Guilherme Alves Barreto por utilizar-se de um motorista da prefeitura para fazer serviços particulares para a própria família.

Segunda tentativa

Esta é a segunda vez que a Câmara de Campo Limpo Paulista vota pedido de cassação do mandato do prefeito Japim Andrade. No mês passado, a Câmara rejeitou por 10 votos a 2 a abertura da Comissão Especial de Inquérito contra o chefe do Executivo, acusado de irregularidades na contratação de servidores.

Prestação de contas

O Plenário do Senado deve votar amanhã, em segundo turno, a PEC 77/2015, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que estabelece prestação de contas simplificada para municípios de pequeno porte. A medida favorece a adoção de regras mais simples para a celebração de convênios e transferências de créditos da União e Estados.

MEIO AMBIENTE

Roberto Conde prevê utilização de drones para fiscalização ambiental pela GM, voltada à proteção da Serra do Japi

Vereador volta a apresentar projeto para o uso de drone

MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

O uso de drone pela administração pública voltou a entrar na pauta da Câmara de Jundiá, desta vez para fins de proteção ambiental, através da lei 12.182, de autoria do vereador Roberto Conde (PRB).

Há um ano, o projeto do mesmo autor da proposta foi rejeitado pela Câmara de Jundiá por receio de que o acesso das imagens pudesse violar a privacidade ou prejudicar a segurança de residências. Naquela ocasião, a proposta do uso do drone era para o combate aos focos de dengue na cidade.

Desta vez, o projeto do vereador Conde prevê o uso do equipamento pela Divisão Florestal da Guarda Municipal de Jundiá, para monitoramento e auxílio das atividades de fiscalização ambiental, incluindo a Serra do Japi.

“O drone é um meio eficiente de monitorar queimadas, crimes ambientais, ocupações irregulares e desmatamento, além de ter outros propósitos como busca de pessoas perdidas na mata e pesquisa de fauna e flora”, justifica.

O drone já é utilizado



MONITORAMENTO Texto prevê a utilização de drones pela Divisão Florestal da Guarda Municipal de Jundiá na Serra do Japi

com fins de monitoramento ambiental pela Polícia Ambiental no Estado, conforme projeto de lei 16.380/2017, aprovado no Estado de São Paulo.

Proibição de carroças

Outro projeto que deve causar discussão é o 11.884, que proíbe veículos de tração animal como meio de

transporte de carga no perímetro urbano. A proposta é de autoria do vereador Leandro Palmarini (PV) e, se aprovada, a infração desta lei resultará em multa de R\$ 500 por animal.

Para Palmarini, a presença de animais de tração, com o intuito de transporte de carga, representa uma série de transtornos e riscos,

tanto para o próprio animal como para as pessoas. “Geralmente estes animais têm sua qualidade de vida muito prejudicada e, além disso, a presença destes animais nas ruas e avenidas acaba prejudicando o trânsito de veículos, gerando riscos de acidente e seus dejetos ficam espalhados pelas vias públicas”, justifica.

Programa de Estágios

A 30ª sessão ordinária da Câmara de Jundiá, que acontece amanhã, a partir das 18h, terá sete projetos de lei no total, além de um projeto de resolução da mesa diretora que cria o Programa de Estágios, para atividades desenvolvidas no Legislativo, nas áreas de administração, ciências sociais, contabilidade, direito, história, informática, jornalismo, letras e recursos humanos.

Na ordem do dia também será votado em segundo turno a proposta de emenda à lei orgânica do Executivo, que redenomina a taxa de turismo para contribuição facultativa por diária de hospedagem no município a ser direcionada ao fundo municipal de turismo. De acordo com a Prefeitura de Jundiá, o objetivo deste montante é a implantação de projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Turístico.

A Câmara também vota a moção do vereador Cícero da Saúde (PROS), que apela ao Ministério da Fazenda e Saúde e as secretarias de Estado das mesmas pastas por redução da carga tributária sobre medicamentos.

JBS DELAÇÃO

Joesley Batista e Ricardo Saud se apresentam à PF em São Paulo

Os delatores da J&F Joesley Batista e Ricardo Saud chegaram à sede da Polícia Federal (PF) em São Paulo na tarde de ontem. Eles chegaram ao prédio da PF na zona oeste da cidade, em seus carros, por volta das 14h.

Os dois vinham negociando como se apresentariam à polícia após a ordem de prisão expedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin no início da manhã de ontem. A expectativa é que eles sejam transferidos para Brasília hoje, em um avião da Polícia Federal.

Joesley esteve no fim de semana em um edifício na região dos Jardins, em São Paulo. Na casa dele, no bairro Jardim Europa, não houve movimentação ontem

pela manhã. Três carros saíram do imóvel, o último deles, um Porsche, dirigido pela jornalista Ticiania Villas Boas, mulher de Joesley.

O ministro Edson Fachin decidiu decretar a prisão do empresário e de Saud após ver “indícios suficientes de que os colaboradores omitiram” informações sobre a participação do ex-procurador Marcello Miller no processo de delação premiada da JBS.

Na última segunda-feira (4), Janot anunciou a abertura de investigação para apurar possíveis irregularidades nas negociações da colaboração firmada com o Ministério Público.

O centro da crise é uma gravação, datada de 17 de março, em que Joesley Ba-

tista e Ricardo Saud indicam possível atuação de Miller no acordo de delação quando ainda era procurador - ele deixou o cargo oficialmente em 5 de abril. O áudio foi entregue pelos delatores no dia 31 de agosto. Para a equipe de Rodrigo Janot, houve patente descumprimento de dois pontos de uma cláusula do acordo de delação que tratam de omissão de má-fé, o que justificaria rever os benefícios.

Os três, Joesley, Saud e Miller, prestaram depoimentos entre quinta (8) e sexta-feira (9). Janot, entretanto, não se convenceu dos argumentos. Segundo o procurador, há indícios fortes de que Miller participou, sim, da elaboração do acordo de colaboração.

Encontro

No sábado, Janot e o advogado do empresário Joesley Batista, Pierpaolo Bottini, se encontraram em um bar em Brasília, um dia depois de a Procuradoria pedir a prisão do cliente dele e de Saud. A informação foi divulgada pelo site “O Antagonista”, que reproduziu uma foto do encontro. Bottini confirmou à reportagem o encontro.

Em nota, Joesley Batista e Ricardo Saud afirmam que se apresentaram voluntariamente à PF e que não mentiram nem omitiram informações no processo que levou ao acordo de colaboração premiada. Afirmam, ainda, que estão cumprindo o acordo. (Folhapress)

CONGRESSO

24% dos deputados trocaram de partido

Quase um quarto dos deputados eleitos em 2014 já trocou de partido pelo menos uma vez desde o início deste mandato, aponta levantamento. Dos 513 ocupantes das cadeiras da Câmara, 124 foram alçados ao cargo em legenda diferente daquela a que hoje pertencem, segundo dados da Casa. Ou seja, 24% dos parlamentares atuais.

No total, foram 168 movimentações até 15 de agosto. A discrepância se dá porque alguns trocaram de legenda mais de uma vez. Seis deputados já acumulam três mudanças na 55ª Legislatura, que começou em 2015 e vai até o início de 2019: Major Olímpio (SD-SP), Hiran Gonçalves (PP-RR), Cícero Almeida (Pode-AL), Macedo (PP-CE), Adalberto Cavalcanti (PTB-PE) e Valtenir Pereira (PSB-MT).

Destes, só o parlamentar alagoano não passou pelo PMB (Partido da Mulher Brasileira), epítome do que os trocadores podem acarretar. O partido, nascido no fim de 2015, conseguiu filiar 25 deputados, a maioria no primeiro mês de existência da sigla.

Um a um, eles foram deixando a legenda. O último dos peemebistas, Weliton Prado (MG), deixou o partido em agosto para integrar a bancada do Pros. Antes, ele havia pertencido ao PT.

O tamanho da bancada federal é importante para um partido porque é ele que determina o acesso ao dinheiro do fundo partidário e seu tempo de televisão e rádio. O fundo é distribuído de duas formas: 5% entre todas as legendas, e os outros 95% repassados pro-

porcionalmente aos votos recebidos na última eleição.

O PMB, com sua bancada atual de zero deputados, pleiteia na Justiça que o rateio seja feito com base nos deputados que se filiaram a ele no meio do mandato, o que lhe daria, só em 2017, mais de R\$ 7 milhões do fundo.

As trocas de partido também sumiram com outros “nânicos” na Câmara. Hoje, há 25 com representação na Casa. Com uma bancada de três deputados eleitos em 2014, o PRP e o PMN foram deixados por seus deputados ao longo da legislatura. O mesmo aconteceu com o PSDC e o PTC, com dois cada. Já o PRTB foi abandonado por Cícero Almeida em outubro de 2015, quando migrou para o PSD.

Numericamente, o partido que mais perdeu deputados foi o PT. Com 68 eleitos em 2014, foi para 58. Em segundo lugar está o PSDB, que começou a legislatura com 54 deputados, para chegar a 46. Os parlamentares se espalharam por siglas como PV, PRB, Podemos, PR e PSL. Já quem mais cresceu foi o Podemos: de quatro para 15 cadeiras no plenário.

Em 2007, o Tribunal Superior Eleitoral editou uma resolução de fidelidade, para barrar a histórica onda migratória de políticos entre os partidos. O parlamentar que trocasse de partido poderia perder o mandato. Entretanto, em 2015 foi aprovada a “janela de troca”, que permite que os parlamentares mudem de casa sem risco por 30 dias. (Folhapress)

NA CÂMARA FEDERAL

Plenário analisa PEC que altera eleição de deputados e vereadores

O Plenário da Câmara dos Deputados pode retomar amanhã a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/03, relatada pelo deputado Vicente Candido (PT-SP), que altera o sistema para eleição de deputados e vereadores e cria um fundo público para o financiamento das eleições.

Até o início da votação, os deputados vão tentar fechar um acordo para analisar pelo

menos o texto básico da proposta, com eventuais destaques para depois. Dependendo da negociação, essa PEC pode continuar em votação na quarta-feira (13).

Também está na pauta outra proposta da reforma política: a PEC 282/16, relatada pela deputada Shéridan (PSDB-RR), que altera as regras sobre coligações partidárias nas eleições proporcionais e cria uma

cláusula de desempenho para acesso a recursos do Fundo Partidário e ao horário gratuito de rádio e TV. Há acordo para que a votação da PEC 282, cujo texto-base já foi aprovado em primeiro turno, só ocorra após a conclusão da análise sobre a PEC 77.

A decisão sobre o sistema eleitoral terá prioridade porque influencia diretamente as regras sobre coligações:

por exemplo, se for aprovado o chamado “distritão”, que é a eleição pelo sistema majoritário de deputados e vereadores em 2018 e 2020, o sistema de coligações não afeta a distribuição das cadeiras. Por outro lado, se as mudanças forem rejeitadas e ficar mantido o sistema proporcional atual, as regras para as coligações são determinantes para o resultado.